



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 4/2015

Alteração do Anexo da  
Resolução nº 1, de 1º de março  
de 2005 (Regimento Interno da  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná).

Art. 1º O inciso VI do art. 30 do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;"

Art. 2º O art. 33E do Anexo da Resolução nº 1, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33E. Compete à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação, insumos e desenvolvimento rural."

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada abaixo do texto do artigo 33E.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
TIA

  
Huss  
  
Prof. Lemos  
  
Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 6/2015

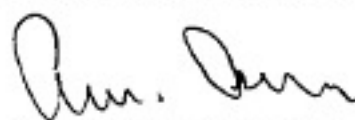
Aprovação da prestação de  
contas das despesas dos  
Senhores Deputados referente  
ao mês de novembro de 2014.

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva nº 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de novembro de 2014.

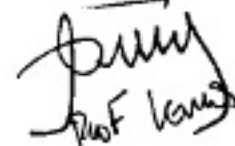
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

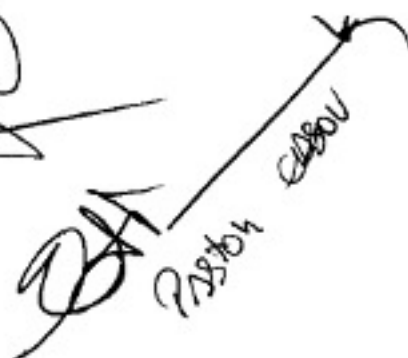
Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

  
H. Sen

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator  
F. L. B.

  
Prof. Carlos

  
Riston



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 10/2015

Aprovação da prestação de  
contas do Fundo Especial do  
Controle Externo do Tribunal  
de Contas do Estado do  
Paraná referente ao exercício  
de 2013.

Art. 1º Aprova a prestação de contas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referente ao exercício de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO**



PROJETO DE LEI Nº 44 /2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 03 FEV. 2015

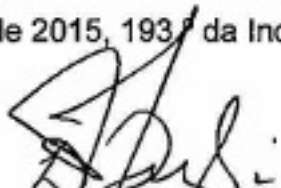
1º Secretário

**Sumula:** Concede ao município de Maripá o  
título de "Cidade das Orquídeas".

**Art. 1º** Concede ao Município de Maripá o título de "Cidade das Orquídeas".

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 02 de fevereiro de 2015, 193.º da Independência e 126.º da República.

  
**DOUGLAS FABRICIO**  
Deputado Estadual

RECEBUEMOS 02/02/2015 15:57 0000068 1/1



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



JUSTIFICATIVA

O município de Maripá vem se tornando referência nacional na produção de orquídeas e agora começa a se organizar para crescer ainda mais nessa atividade. O sucesso dos produtores rurais de Maripá à forma como eles organizaram a vida, com compromisso com o trabalho e valorizando a família, as amizades e sendo gratos aos pioneiros.

O cultivo de orquídeas em Maripá começou em 1993, ano de emancipação do município, quando foi feita uma campanha com os estudantes para amarrar plantas de orquídeas nas árvores espalhadas pela cidade. Os professores da época queriam incentivar a consciência ambiental nos alunos e o projeto teve receptividade na comunidade, a maioria de origem alemã, que admiravam a planta e a cultivavam em suas residências.

A prática se popularizou, com o apoio da prefeitura local, e atraiu o interesse de pessoas interessadas em comprar as flores, criando assim um mercado antes mesmo de se formar orquidários. Atualmente a Associação de Orquidicultores de Maripá reúne 15 associados. A maioria deles tem cultivos comerciais e respondem pela venda de 100 mil plantas durante o ano.

Anualmente, é realizada a Festa das Orquídeas e dos Peixes, onde são comercializados itens, entre vasos de flores, mudas e substratos. A festa atrai milhares de visitantes, merecendo sua inclusão no Calendário Oficial de Turismo, Eventos Comerciais e Industriais do Estado do Paraná.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de Lei.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI 14/2015**

**Projeto de Lei nº. 14/2015**

**Autor: Deputado Douglas Fabricio**

**Súmula:** Concede ao município de Maripá o título de "Cidade das Orquídeas"

**EMENTA: DENOMINAÇÃO TEMÁTICA POR AÇÃO LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, NO PARANÁ, COMO CIDADE DAS ORQUÍDEAS. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabricio, tem por finalidade denominar o Município de Maripá, no Estado do Paraná, com o título de Cidade das Orquídeas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



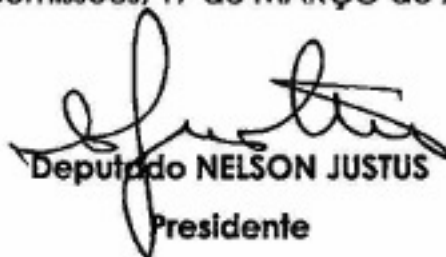
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 17 de MARÇO de 2015.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado  
Relator Guto Silva

Francischini

APROVADO

18/03/15



PROJETO DE LEI Nº 198/2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 MAR. 2015

*[Assinatura]*

1º Secretário

Concessão do Título de Utilidade Pública à Associação Atos de Desenvolvimento Social, com sede e foro no Município de Corbélia.

Art. 1º - Concede Título de Utilidade Pública à Associação Atos de Desenvolvimento Social, com sede e foro no Município de Corbélia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2015.

Justificativa

A Associação Atos de Desenvolvimento Social realiza relevante trabalho social na cidade de Corbélia, como demonstrado em documentos apresentados, mobilizando uma grande parcela da sociedade da cidade de Corbélia, com eventos em bairros, de programação variada e de grande importância social. São estes os motivos que motivaram a concessão desta Utilidade Pública.

*[Assinatura]*  
Adelino Ribeiro  
Deputado Estadual/PSL



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 198/2015**

**Projeto de Lei nº. 198/2015**  
**Autor: Deputado Adelino Ribeiro**

**Súmula:** Concessão do Título de Utilidade Pública à **Associação Atos de Desenvolvimento Social**, com sede e foro no Município de Corbélia.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –**  
**LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS**  
**– PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Brasil, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **Associação Atos de Desenvolvimento Social**, com sede e foro no Município de Corbélia, Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**a) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

**Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:**

**I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**

**II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**  
**III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



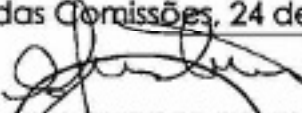
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**